

# Senador quer definição sobre áreas de corte

*Para Tebet, Malan deixou dúvidas na explicação sobre investimentos em saúde e educação*

ROSA COSTA

**B**RASÍLIA – O presidente da Comissão Mista do Orçamento, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), cobrou ontem do governo explicações sobre os cortes que serão feitos nos recursos destinados ao custeio e investimento. É esse o único item que o Congresso pode remanejar. Na proposta recebida anteriormente, que está sendo enxugada pelo governo, a previsão era a de destinar R\$ 43 bilhões para essa finalidade. O relator disse que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e a equipe econômica foram “prolixos” em explicar os aumentos de impostos, mas nada adiantaram sobre as áreas que serão afetados pelo ajuste.

Tebet disse que Malan limitou-se a dizer que foram mantidos os recursos “essenciais” para saúde e educação. “Agora, é preciso que ele diga o que entende por recursos essenciais”, afirmou. “Precisamos saber de uma vez por toda de onde sairá o corte de R\$ 8,7 bilhões”. Para o relator, a omissão do governo impede a comissão de adiantar os seus trabalhos.

Na quarta-feira, o projeto de resolução que reduz em cerca de 30 dias o prazo de tramitação do Orçamento foi entregue a ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O texto deve ser votado pelo Congresso na quarta-feira. A intenção dos líderes governistas é aprová-lo até o dia 15 de dezembro, quando se encerram os trabalhos da atual legislatura. A oposição teme que o prazo, excessivamente curto, obrigue o Congresso a simplesmente homologar a proposta do governo.

Ficou acertado que serão suprimidas as emendas regionais e mantido o mesmo valor das individuais. No ano que vem, a exemplo do que ocorreu este ano, cada um dos 594 parlamentares poderá distribuir R\$ 1,5 milhão. Foram mantidas as emendas de comissão e de bancada. O projeto de resolução que trata dos prazos de tramitação do Orçamento supriu o parecer preliminar do relator e das relatorias setoriais. Em seu lugar, foi criado um colegiado com o relator e sete relatores adjuntos encarregados de elaborar o parecer final. O prazo para publicação e distribuição de avulsos termina dia 12. Foi estipulado um período de oito dias para a apresentação. Cada parlamentar poderá apresentar até 20 emendas. As das bancadas estaduais podem chegar a dez. E as comissões que estudam projetos públicos de irrigação podem chegar a cinco.